

DESENVOLVE SP NÚMEROS QUE DEMONSTRAM COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO E O EMPREENDEDORISMO

- Mais de R\$ 140 milhões em financiamentos de longo prazo no 1º semestre
- Única agência de desenvolvimento com 5 linhas de financiamento para inovação, com taxas a partir de 0% a.m.
- Crescimento de 130% em financiamentos para projetos de inovação no 1º semestre de 2016
- Realização de quatro eventos do **Movimento pela Inovação** nas cidades de Botucatu, Santos, São Paulo e Sorocaba, para incentivar a inovação nas PME's
- Investimento de mais de R\$ 4,5 milhões em fundos em participação, apoiando diversas empresas inovadoras nas áreas de saúde, tecnologia e agronegócio
- Início do repasse das linhas BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora e BNDES Soluções Tecnológicas

www.desenvolvesp.com.br



DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

 GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

Relatório da Administração - 1º Semestre de 2016

1 DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A Desenvolve SP é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo e oferece seus produtos e serviços destinados a atender, prioritariamente, as empresas de pequeno e médio porte e, também, os municípios paulistas, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população.

A Agência de Desenvolvimento Paulista, com sede no município de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, e faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o 1º semestre de 2016 com 161 colaboradores, fundamentais no processo de geração de valor da instituição.

A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais emprego e renda, e que com o financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

Visão: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Valores: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

1.1 Público-alvo

A Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

A Desenvolve SP atua de forma integrada com as entidades do Governo Estadual, constituindo-se em um mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo através de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes. Além disso, a instituição trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa.

Para isso, a Desenvolve SP atua por meio de Programas de Governo, Linhas de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento, Fundos de Investimento e Parcerias.

2.1 Programas de Governo e Linhas de Financiamento

A Desenvolve SP, com um total de 26 linhas de financiamento, atende a diversas áreas e atividades, financiando desde a aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernizações, incluindo projetos inovadores.

A instituição conta com Programas de Governo, como o Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira, que possui o objetivo de promover o desenvolvimento econômico naquela região. Com a Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira, o Programa São Paulo Inova, que possui duas linhas de financiamento (Linha de Incentivo à Tecnologia e a Linha de Incentivo à Inovação), e o Fundo de Investimento São Paulo Inova o programa apoia empresas de base tecnológica e perfil inovador.

A Desenvolve SP, no 1º semestre de 2016, lançou duas linhas:

- Linha de financiamento BNDES Exim Pré-Embarque Empresa Inovadora, que tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas inovadoras por meio do financiamento à exportação de bens e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil.

- Linha BNDES Soluções Tecnológicas, que financia a aquisição de soluções providas por fornecedores cadastrados no Credenciamento de Fornecedores de Soluções Tecnológicas (CFST) do BNDES. Entende-se por solução tecnológica a aplicação de uma tecnologia orientada a satisfazer as necessidades de criação/modificação de produto ou processo da beneficiária final.

2.2 Fundos Garantidores

Os Fundos Garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A Desenvolve SP opera com os seguintes Fundos Garantidores:

- Fundo de Aval (FDA), operado e administrado pela Desenvolve SP, conta com recursos do Tesouro Estadual e se aplica a todas as linhas de financiamento (exceto para operações de capital de giro), para pequenas empresas, de qualquer segmento, com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões.
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões, tem a finalidade exclusiva de complementar as garantias exigidas pelas instituições financeiras.
- Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito de pequenas e médias empresas com receita bruta anual de até R\$ 90,0 milhões.
- Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil, tem como finalidade garantir risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Desenvolve SP, para empresas com receita bruta anual de até R\$ 90,0 milhões.

2.3 Fundos de Desenvolvimento

A partir da divulgação da Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento, e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP iniciou suas atividades de administradora dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001.

A Desenvolve SP administra os seguintes fundos de desenvolvimento, além do Fundo de Aval (FDA):

- Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), o qual visa conceder financiamento para projetos ligados à inovação, bem como equalizar as taxas de juros de linhas com o mesmo objetivo.
- Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), que tem o objetivo de promover o fortalecimento do setor industrial e empresarial, por meio da reorganização e a modernização de empresas.
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR), conta com recursos para execução de investimentos na região do Vale do Ribeira, dando suporte econômico ao desenvolvimento social.

Estão em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides).

O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

2.4 Fundos de Investimento em Participações

Os Fundos de Investimento em Participações são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial em troca de sociedade na companhia.

A colaboração vai além do investimento de capital, podendo trazer relacionamentos com outras empresas e novos mercados, apoio à gestão profissional e suporte estratégico focado no crescimento da empresa.

Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definidos, e gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas escolhidas para investimento.

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco Fundos de Investimento em Participações:

- Fundo Inovação Paulista, idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova, e tem como foco setorial empresas inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde instaladas no Estado de São Paulo.

- Fundo Aeroespacial, de abrangência nacional, é destinado aos setores

aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas.

- Fundo Performa Investimentos SC-I, tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no Estado de São Paulo e foco em investimentos nos setores de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação.
- Fundo CRP Empreendedor, é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais, dos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais.
- Fundo BBI Financeira I, tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil.

Lançado em novembro de 2015, pelo Governo do Estado de São Paulo, o Fundo InfraPaulista pretende atrair investidores para projetos de áreas que resultem em melhoria da infraestrutura de portos, aeroportos, geração de energia limpa e transporte sobre trilhos, resíduos sólidos, logística, dentre outros. A Desenvolve SP será o *advisor*, atuando na apresentação dos projetos de infraestrutura ao fundo, que avaliará a viabilidade e decidirá pelo investimento.

2.5 Parceiros

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Foram formalizadas, até 30 de junho de 2016, 57 parcerias, com destaque a parceria firmada, em junho de 2016, com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), para promover projetos de eficiência energética no Estado de São Paulo.

No 1º semestre de 2016, a Desenvolve SP assinou, também, acordo operacional com a *China National Machinery Import & Export* (CMC), a qual coordena os investimentos de origem chinesa por diversos países. O acordo tem o objetivo de prospectar potenciais projetos de investimento, além da colaboração entre as partes para que esses sejam operacionalizados.

A Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), as Indústrias Romi, o KfW Bankengruppe (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão, o Sebrae-SP, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dentre outros.

3 APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação, uma das quatro diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da instituição, para o período de 2016 a 2019, é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, fomenta iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

O desenvolvimento tecnológico, a qualificação e diferenciação do produto possibilitam que a empresa obtenha destaque comercial, além de se tornar uma forma de driblar a concorrência, alterando o cenário competitivo por fatores como qualidade, diferenciação ou exclusividade de produto. Com isso, a Desenvolve SP entende que investir em inovação se tornou um grande diferencial competitivo para as empresas.

Para atender a crescente demanda por crédito para inovação, a Desenvolve SP disponibiliza, além da Linha BNDES Exim Pré-Embarque Empresa Inovadora, cinco linhas de financiamento especiais, com longo prazo e taxa de juros a partir de zero, para empresas inovadoras de todos os setores, oferecendo condições diferenciadas em relação ao mercado financeiro. Sendo estas:

• **Programa São Paulo Inova**

O São Paulo Inova é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para apoiar empresas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo. Além do Fundo Inovação Paulista, o programa conta com duas linhas de financiamento operadas pela Desenvolve SP: Linha de Incentivo à Tecnologia, destinada a projetos de modernização e ampliação da capacidade produtiva das empresas; e Linha de Incentivo à Inovação, destinada a projetos de inovação em produtos e processos.

• **Inovacred**

O Inovacred é um programa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), operado pela Desenvolve SP, destinado às pequenas e médias empresas, com receita operacional bruta anual de até R\$ 90,0 milhões, para financiamento de investimentos na introdução de novos produtos, processos, serviços, *marketing* ou inovação organizacional, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes.

• **Inovacred Expresso**

O Inovacred Expresso é um programa da Finep, complementar ao Inovacred, que financia projetos de inovação, em operações de até R\$ 150 mil e com fluxo operacional simplificado, para empresas com receita bruta anual de até R\$ 16,0 milhões.

• **BNDES MPME Inovadora**

O BNDES MPME Inovadora é um programa de apoio, com aportes do BNDES, para estimular investimentos nas micro, pequenas e médias empresas, visando à introdução de inovações no mercado para aumentar a competitividade das empresas paulistas.

A Desenvolve SP, por meio das linhas de financiamento voltadas para inovação, desembolsou R\$ 45,5 milhões, sendo que R\$ 16,7 milhões foram desembolsados no 1º semestre de 2016. Os desembolsos para inovação representaram 12,0% do total do 1º semestre de 2016.

As micro e pequenas empresas representam 58,7% do desembolso acumulado, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo.

Além das linhas de financiamento que apoiam a inovação, a Desenvolve SP possui, atualmente, posições em cinco **Fundos de Investimento em Participações** em empresas inovadoras. Até 30 de junho de 2016, 35 empresas foram investidas por meio desses fundos, das quais 27 estão localizadas no Estado de São Paulo.

Entre as doze empresas investidas pelo Fundo de Inovação Paulista, a Agronow Tecnologia aposta no desenvolvimento de novos produtos e internacionalização da marca, sendo a primeira empresa a desenvolver uma plataforma de mapeamento agrícola que estima, informa e projeta a produtividade agrícola em menos de um minuto.

A solução da Agronow utiliza tecnologia baseada em conceitos termodinâmicos, permitindo estimar o potencial produtivo da safra com meses de antecedência e com alto percentual de acerto, além de fornecer dados sobre o atual estágio do cultivo.

A Desenvolve SP, também, possui *parceria* com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com vistas ao apoio às empresas emergentes inovadoras, e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com o objetivo de oferecer financiamento a projetos inovadores por meio do Programa Inovacred e Inovacred Expresso.

3.1 Movimento pela Inovação

Transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso: esse é o objetivo do Movimento pela Inovação, iniciativa da Desenvolve SP para impulsionar os investimentos em inovação no Estado de São Paulo que, por meio de reuniões periódicas com todas as instituições participantes e organismos multilaterais do campo da inovação e da pesquisa, dentro de incubadoras, aceleradoras, universidades e parques tecnológicos, atende os interessados em tirar projetos inovadores do papel, demonstrando que a inovação está ao alcance de todos.

Em apoio às *startups*, pequenas e médias empresas, e pesquisadores, a Desenvolve SP lançou, em junho de 2015, o projeto que já percorreu seis parques tecnológicos em diferentes regiões do Estado e conta com o apoio de diversas instituições ligadas à pesquisa, tecnologia e inovação, como a Fapesp, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Centro Paula Souza, o Sebrae-SP, a Finep, o BNDES, dentre outros. Foram realizados, até 30 de junho de 2016, dez encontros, nas cidades de Botucatu, Campinas, Piracicaba, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo - Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec), Sorocaba (com dois encontros) e Ribeirão Preto, atendendo 402 empreendedores.

Durante os eventos, uma equipe técnica da Desenvolve SP prestou atendimento individual aos empresários e pesquisadores para indicar o melhor apoio, que vai desde uma linha especial de financiamento e subvenção

(não reembolsável), até aportes via *venture capital*, por meio de Fundos de Investimento em Participações, ou apenas orientar na busca de um parceiro para ajudar o empreendedor a desenvolver melhor seu projeto de inovação.

3.2 Caminhos da Inovação

O Estado de São Paulo é o responsável por mais da metade da produção científica brasileira e o berço das empresas mais inovadoras do país.

Com o foco nessas companhias, em abril de 2016, a Desenvolve SP lançou a websérie “Caminhos da Inovação”, que apresenta sete histórias de empreendedores visionários que transformaram suas ideias em negócios inspiradores, por meio do investimento e financiamento da Desenvolve SP, trilhando o caminho da inovação e impulsionando a economia paulista.

Os vídeos, disponíveis no site institucional, trazem os *cases* abaixo que foram capazes de impactar positivamente a sociedade ao transformar conhecimento em capital e desenvolvimento.

- Os homens que sonham com um mundo mais verde**
- A *startup* que descobriu como fazer as pessoas felizes**
- O visionário que conecta corações**
- A empresa que pretende revolucionar o mercado de consumo**
- Soluções sustentáveis para um mundo melhor**
- A empresa que transforma a tecnologia em saúde**
- Transformando resíduos em sustentabilidade**

3.3 Lançamento do guia: Inovação Como Chegar Lá.

• **Mais que apontar caminhos, um guia para inspirar o empreendedor na busca pela inovação**

A inovação é apontada por todos como a saída para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras. Mas como reconhecer uma inovação? Onde encontrar recursos para inovar? Como olhar além das paredes da empresa?

A busca por essas e outras respostas inspirou a Desenvolve SP a produzir o guia “Inovação - Como Chegar Lá”, um material exclusivo sobre o tema onde o leitor pode entender os vários processos e tipos de inovação, e o que melhor se aplica à sua empresa e ao seu processo criativo.

A Instituição acredita que a inovação será o acelerador do crescimento econômico de um futuro que começa hoje e o “Inovação - Como Chegar Lá” é um convite a essa nova era. O guia encontra-se disponível no site institucional.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 30 de junho de 2016, R\$ 2.209 milhões, com um total de 3.191 operações para 1.458 empresas e prefeituras distribuídas em 258 municípios.

No 1º semestre de 2016, os desembolsos somaram R\$ 140 milhões, sendo 72,5% liberados com recursos próprios e 27,5% com recursos de terceiros, para 122 empresas de 70 cidades.

Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo os desembolsos do 1º semestre de 2016 direcionados principalmente para estes projetos, com 78,0% do total, e 19,4% destinados a pedidos de financiamento para capital de giro, enquanto 2,6% foram para aquisição de máquinas e equipamentos.

O setor do governo teve 42,9% de participação no desembolso total do 1º semestre de 2016, seguido pelo setor da indústria com 28,3%, setor de serviços com 25,3%, setor de comércio com 2,8%, e setor do agronegócio com 0,7%.

Destacam-se no 1º semestre de 2016, os desembolsos realizados por meio da Linha Via SP, para financiamento de projetos destinados à execução de obras de pavimentação urbana, recapeamento ou pavimentação de vicinais ou máquinas e equipamentos para intervenção viária, com um total de desembolso de R\$ 29,6 milhões, 21,1% do total de desembolsos. Os desembolsos por meio da Linha Distrito Industrial, destinada a investimentos para adequação ou construção de distritos industriais, com infraestrutura básica para a instalação de parques industriais, foram de R\$ 14,7 milhões, 10,5% do total de desembolsos do 1º semestre de 2016. Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que no 1º semestre somaram R\$ 16,7 milhões, um crescimento de 129,1% em relação ao primeiro semestre de 2015 e de 7,0% em relação ao segundo semestre de 2015.

4.2 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou, em 30 de junho de 2016, R\$ 1.137 milhões, um crescimento de 1,9% no ano, e de 9,1% se comparado com junho de 2015.

As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 97,3% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP, como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo.

A representatividade do saldo de carteira do setor público alcançou 26,7%, a maior da história da Desenvolve SP. Em relação ao porte, 61,8% do total da carteira representam as micro, pequenas e médias empresas.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 23,0% de operações com vencimento de até 360 dias e 77,0% acima de 360 dias. Vale destacar que 67,7% da carteira está classificada nos ratings “AA” e “A”.

O índice de inadimplência¹, em 30 de junho de 2016, foi de 3,47%, um incremento de 0,6 p.p. em relação a 30 de junho de 2015 e queda de 1,3 p.p. se comparado com 31 de dezembro de 2015.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou no 1º semestre de 2016 um lucro líquido de R\$ 19,9 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.049 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2016, foi de 3,87%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 61,3 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 26,5 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 34,8 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.474 milhões, em 30 de junho de 2016, composto por 71,8% de operações de crédito (67,6% de recursos próprios e 32,4% com recursos de terceiros), 17,5% de títulos e valores mobiliários e 10,7% de outros ativos.

6 DESTAQUES DO 1º SEMESTRE DE 2016

• **A Desenvolve SP completou, em março, sete anos de atuação**, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população.

• **Publicação da 4ª edição da Revista Desenvolve SP**, que trouxe a importante discussão sobre como os empresários irão traçar objetivos e metas de médio e longo prazo em períodos turbulentos, além de apresentar soluções para questões simples do dia a dia do negócio, informações sobre Economia Criativa, as novidades do *marketing* 3.0 e histórias de clientes da Desenvolve SP.

• **Lançamento, em maio, do novo site da Desenvolve SP**, que apresenta um novo *layout*, além de um conteúdo voltado para os empresários, ao tema inovação, novas ferramentas e vídeos tutoriais.

• **Realização de quatro eventos voltados à inovação**, por meio do Movimento pela Inovação - Incentivando a inovação nas pequenas e médias empresas paulistas, nas cidades de Botucatu, Santos, São Paulo e Sorocaba, com 124 atendimentos realizados.

• **Lançamento da Linha BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora e da Linha BNDES Soluções Tecnológicas.**

• **Lançamento, em abril, da websérie “Caminhos da Inovação”,** que conta histórias de empreendedores visionários que transformaram projetos inovadores em realidade.

• **Publicação da Cartilha de Instruções de Pleitos do Setor Público**, no site da Desenvolve SP, com o objetivo de instruir os municípios sobre os pedidos de financiamento.

• Em junho, no Palácio dos Bandeirantes, **o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Desenvolve SP, firmou contrato de financiamento, no valor total de R\$ 30,8 milhões, com sete prefeituras paulistas:** Cafelândia, Iperó, Jaboticabal, Jales, Limeira, São José do Rio Preto e Várzea Paulista, para obras de infraestrutura.

• **A Desenvolve SP concluiu, em junho, o processo de aquisição de sua sede.**

• **Parceria firmada, em junho, com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco)**, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Estado, por meio do financiamento de projetos de eficiência energética.

¹Montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS Diretor-Presidente
ÁLVARO SEDLACEK Diretor Financeiro e de Negócios
JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO Diretor de Infraestrutura e TI
JULIO THEMES NETO Diretor de Fomento e de Crédito

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Márcio Luiz França Gomes - <i>Presidente</i>			
Arnaldo Caill Pereira Jardim	Francisco Vidal Luna	Francisco Vidal Luna	Marcos Antonio Monteiro
José Luiz Ribeiro	Lúcia Goldenstein	Luiz Carlos Motta	Milton Luiz de Melo Santos
			Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
			Roberto Brás Matos Macedo
DIRETORIA COLEGIADA			
Milton Luiz de Melo Santos	Joaquim Elói Cirne de Toledo	Joaquim Elói Cirne de Toledo	
<i>Diretor-Presidente</i>	<i>Diretor de Infraestrutura e TI</i>	<i>Diretor de Infraestrutura e TI</i>	
Álvaro Sedlacek	Julio Themes Neto	Julio Themes Neto	
<i>Diretor Financeiro e de Negócios</i>	<i>Diretor de Fomento e de Crédito</i>	<i>Diretor de Fomento e de Crédito</i>	

CONSELHO FISCAL (membros efetivos)			
David Polessi de Moraes	Humberto Baptistella Filho	Humberto Baptistella Filho	
Grace Maria Monteiro da Silva Freitas	Isadora Chansky Cohen	Isadora Chansky Cohen	
COMITÊ DE AUDITORIA			
Jerônimo Antunes - <i>Presidente</i>			
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano	Francisco Vidal Luna	Francisco Vidal Luna	
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
Francisco Vidal Luna - <i>Presidente</i>			
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano	Jerônimo Antunes	Jerônimo Antunes	

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	30.06.2016	30.06.2015	
Circulante		319.426	527.010	
Disponibilidades		249	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6.173	-	
Aplicações no mercado aberto		6.173	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	-	242.317	
Carteira própria		-	242.317	
Operações de crédito	7	234.197	226.594	
Setor público		86.842	59.493	
Setor privado		174.168	176.580	
(Provisão para operações de crédito)		(26.813)	(9.479)	
Outros créditos	43.029	22.300	-	
Créditos tributários	13	16.300	7.304	
Créditos a receber		24.572	13.255	
Rendas a receber		644	502	
Diversos		1.513	1.239	
Outros valores e bens	35.778	35.799	-	
Bens não de uso próprio		35.683	35.683	
Despesas antecipadas		95	116	
Não circulante	1.117.089	914.148	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	257.788	108.917	
Carteira própria		262.177	111.954	
(Provisões para desvalorizações)		(4.389)	(3.037)	
Operações de crédito	7	824.135	788.769	
Setor público		224.033	162.596	
Setor privado		651.857	643.820	
(Provisão para operações de crédito)		(51.755)	(17.647)	
Outros créditos	35.166	16.462	-	
Créditos tributários	13	35.166	16.462	
Permanente	8	37.010	1.277	
Imobilizado de uso	32.894	1.213	-	
Imóveis de uso		31.761	-	
Outras imobilizações de uso		1.743	1.649	
(Depreciações acumuladas)		(610)	(436)	
Intangível	4.116	64	-	
Outros ativos intangíveis		5.142	252	
(Amortização acumulada)		(1.026)	(188)	
Total do ativo	1.473.525	1.442.435	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)						
	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especiais de lucro		
Saldos em 01/01/2015	1.000.000	-	8.954	27.682	-	1.036.636
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	35.124	35.124
Destinações:						
Reservas	-	-	1.756	15.549	(17.305)	-
Dividendos	-	-	-	-	(6.682)	(6.682)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.137)	(11.137)
Saldos em 30/06/2015	1.000.000	-	10.710	43.231	-	1.053.941
Mutações do semestre	-	-	1.756	15.549	-	17.305
Saldos em 01/01/2016	1.000.000	-	11.117	27.682	-	1.038.799
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	19.910	19.910
Destinações:						
Reservas	-	-	996	8.972	(9.968)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.942)	(9.942)
Saldos em 30/06/2016	1.000.000	-	12.113	36.654	-	1.048.767
Mutações do semestre	-	-	996	8.972	-	9.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 10/08/2016, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
Evento Subsequente Provisões, Passivos	16/09/09	IAS 10	3.973/11
Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor

Recuperável de Ativos, Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Financeiras da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são classificadas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
Em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Receitas da intermediação financeira		101.308	95.326
Operações de crédito		82.458	74.956
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.850	20.370
Despesas da intermediação financeira		(39.976)	(20.706)
Operações de empréstimos e repasses		(12.612)	(9.170)
Provisão para operações de crédito		(27.364)	(11.536)
Resultado bruto da intermediação financeira		61.332	74.620
Outras receitas/despesas operacionais		(26.523)	(21.988)
Rendas de tarifas bancárias		1.399	1.617
Despesas de pessoal	12	(16.772)	(14.824)
Outras despesas administrativas	12	(9.535)	(6.224)
Despesas tributárias	12	(4.496)	(5.160)
Outras receitas operacionais	12	3.609	3.043
Outras despesas operacionais		(728)	(440)
Resultado operacional		34.809	52.632
Resultado não operacional		-	(7)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		34.809	52.625
Imposto de renda e contribuição social	13	(13.594)	(16.194)
Provisão para imposto de renda		(10.177)	(9.429)
Provisão para contribuição social		(8.126)	(5.656)
Ativo fiscal diferido		4.709	(1.109)
Participações estatutárias no lucro		(1.305)	(1.307)
Lucro líquido		19.910	35.124
Juros sobre capital próprio	11	(9.942)	(11.137)
Lucro por ação (R\$)	11	0,01991	0,03512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações		34.809	52.625
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos e Participações		28.706	12.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		27.364	11.536
Depreciação e amortização		588	96
Provisão para desvalorização de títulos livres		503	842
Provisão para passivos contingentes		251	-
Lucro Ajustado antes dos Impostos e Participações		63.515	65.099
Variação ativo/passivo		(15.228)	(51.269)
(Aumento)/redução em TVM		69.411	54.616
(Aumento)/redução operações de crédito		(39.783)	(59.125)
(Aumento)/redução outros créditos		(30.665)	(13.247)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(63)	(34.429)
Aumento/(redução) depósitos		10	(99)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		7.615	19.950
Aumento/(redução) outras obrigações		5.079	(5.255)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(26.832)	(13.680)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		48.287	13.830
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(31.787)	(63)
Aplicações no intangível		(15)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		(31.802)	(63)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos exercício anterior		(9.658)	(6.839)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(9.037)	(14.434)
Dividendos pagos	11	-	(6.682)
Juros sobre o capital próprio pagos	11	(1.703)	(2.784)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(20.398)	(30.739)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.913)	(16.972)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.335	33.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	6.422	16.551
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.913)	(16.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

f) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 4% para imóveis;
- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

g) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

h) Tributos

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos em virtude de diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13 b.

i) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

j) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	249	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.173	-
Títulos e valores mobiliários	-	16.551
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.422	16.551

7 - Operações de crédito:

a) Carteira por modalidade

	30.06.2016			30.06.2015		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	162.122	648.471	810.593	157.752	645.902	803.654
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	81.793	213.767	295.560	55.007	152.013	207.020
Empréstimos	17.020	13.382	30.402	23.314	8.501	31.815
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	75	270	345	-	-	-
Total da Carteira de Crédito	261.010	875.890	1.136.900	236.073	806.416	1.042.489
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(26.813)	(51.755)	(78.568)	(9.479)	(17.647)	(27.126)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	234.197	824.135	1.058.332	226.594	788.769	1.015.363

b) Receitas de operações de crédito

	30.06.2016	30.06.2015
Financiamentos	52.566	50.195
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	25.026	17.636
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.518	3.975
Empréstimos	3.342	3.149
Títulos Descontados	-	1
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6	-
Total	82.458	74.956

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal								30.06.2016		30.06.2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	641.181	128.048	134.116	105.589	24.685	10.288	18.890	6.172	25.479	1.094.448	1.006.839	
01 a 30	14.211	2.542	2.738	1.865	776	265	840	20	509	23.766	24.512	
31 a 60	11.324	2.141	1.855	1.651	668	243	789	5	540	19.216	19.372	
61 a 90	11.654	2.143	2.101	1.611	675	241	782	5	555	19.767	18.917	
91 a 180	34.998	6.640	6.810	4.860	1.863	618	2.438	13	1.580	59.820	55.529	
181 a 360	69.863	14.583	13.434	10.155	3.497	852	4.373	60	3.241	120.058	103.999	
Acima de 360	499.131	99.999	107.178	85.447	17.206	8.069	9.668	6.069	19.054	851.821	784.510	
Parcelas Vencidas	-	430	191	605	196	42	568	-	546	2.578	1.321	
01 a 30	-	430	191	379	112	32	314	-	340	1.798	1.131	
31 a 60	-	-	-	226	84	10	254	-	206	780	190	
Total	641.181	128.478	134.307	106.194	24.881	10.330	19.458	6.172	26.025	1.097.026	1.008.160	

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor das Provisões	% Operações	Valor das Provisões	% Operações
AA	-	641.180	-	562.402
A	0,5	128.478	642	151.356
B	1,0	134.307	1.343	134.167
C	3,0	106.591	3.198	132.349
D	10,0	25.810	2.581	29.969
E	30,0	25.221	7.566	12.700
F	50,0	19.648	9.824	10.368
G	70,0	7.505	5.254	372
H	100,0	48.160	48.160	8.806
Total	1.136.900	78.568	1.042.489	27.126

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30.06.2016	30.06.2015
Saldo Inicial	69.589	38.390
Créditos baixados para prejuízo	(18.385)	(22.800)
Provisão constituída	27.364	11.536
Saldo Final	78.568	27.126

g) Informações complementares

	30.06.2016	30.06.2015
Créditos renegociados (a)	29.115	51.351
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	1.518	3.975

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

8 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa Anual	Depre- Custo	Custo Líquido de Depreciação	
			30.06.2016	30.06.2015
Imóveis de Uso:				
- Terrenos	11.600	-	11.600	-
- Edificações	4% 20.161	-	20.161	-
Outras Imobilizações de Uso:				
Instalações	10% 120 (35)		85	97
Móveis e Equipamentos	10% 1.435 (493)		942	998
Sistema de Comunicação	10% 152 (57)		95	100
Sistema de Processamento de Dados	20% 36 (25)		11	18
Total em 30/06/2016	33.504 (610)		32.894	
Total em 30/06/2015	1.649 (436)		1.213	

b) Intangível

	Taxa Anual	Amorti- Custo	Custo Líquido de Amortização	
			30.06.2016	30.06.2015
Outros Ativos Intangíveis:				
- Software	20% 5.142 (1.026)		4.116	64
Total em 30/06/2016	5.142 (1.026)		4.116	
Total em 30/06/2015	252 (188)		64	

6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	30.06.2016		30.06.2015	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	237.125	225.766	97.013
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	16.551	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	15.320	-	7.375
Cotas de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras - FMIEEI	-	8.660	-	6.531
Cotas de Fundos Garantidores de Operação de Crédito	-	1.072	-	1.035
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(4.389)	-	(3.037)
Total	-	257.788	242.317	108.917

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço. Em 30/06/2016, estavam assim compostas:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	7.514	5.823
BBI Financeira I (FMIEEI)	10.000	6.980	6.158
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.134	4.589
Performa Investimentos	-	-	-
SC - I (FMIEEI)	2.000	1.680	943
Aeroespacial (FIP)	10.000	2.672	2.339
Total	57.000	23.980	19.852

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2016		30.06.2015	
	Participação	Participação	Participação	Participação
Setor Público	310.875	27%	222.089	21%
Administração Direta	303.223	26%	212.306	20%
Atividades Empresariais	7.652	1%	9.783	1%
Setor Privado	826.025	73%	820.400	79%
Outros serviços	524.847	46%	502.169	48%
Indústria	239.898	21%	263.149	25%
Comércio	42.065	4%	34.255	4%
Pessoas Físicas	19.215	2%	20.827	2%
Total	1.136.900	100%	1.042.489	100%

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14/04/2016, decidiu-se revogar a distribuição da totalidade do lucro líquido apurado no exercício. Diante disso, foi deliberado que, a partir de 2016, os juros sobre o capital próprio serão calculados e creditados aos acionistas, de acordo com o limite máximo permitido pela legislação vigente, devendo ser imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, sendo que a parcela excedente deverá ser utilizada para aumento do Capital Social.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao 1º semestre de 2016, está demonstrado a seguir:

	30.06.2016
Lucro Líquido	19.910
(-) Reserva Legal	996
Base de Cálculo Ajustada	18.914
Juros sobre o capital próprio	9.942
Juros sobre o capital próprio - 30.06.2016	9.942
Juros sobre o capital próprio e dividendos - 30.06.2015	17.819

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Valor
Juros sobre o capital próprio pagos	1.703
Juros sobre o capital próprio a pagar	8.239
Total	9.942

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Lucro por ação

	30.06.2016	30.06.2015
Lucro líquido do período	19.910	35.124
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,01991	0,03512

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

12 - Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Proventos	8.832	7.945
Encargos sociais	3.540	2.969
Benefícios	2.562	2.525
Honorários de diretores e conselheiros	1.446	1.086
Treinamento	205	299
Estagiários	187	-
Total	16.772	14.824

b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Propaganda e publicidade (a)	3.370	860
Patrocínios e relações públicas (a)	1.216	652
Serviços técnicos especializados	1.128	1.020
Processamentos de dados	1.026	1.477
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	521	604
Amortização	500	14
Transporte	336	294
Serviços de terceiros	272	220
Manutenção e conservação de bens	266	245
Comunicações	137	124
Publicações	131	133
Água, energia e gás	125	88
Vigilância e segurança	113	96
Viagem no país	100	100
Materiais de Escritório	93	60
Depreciação	88	82
Seguros	65	96
Serviços do sistema financeiro	48	59
Total	9.535	6.224

(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público-alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Contribuição ao COFINS	3.707	3.504
Contribuição ao PIS	602	569
ITBI	-	952
ISSQN	140	135
IPTU	47	-

	2016	2017	2018	2019	2020	Acima de 2020	Total
Valor nominal	16.300	26.277	7.133	295	676		785 51.466
Valor presente	15.262	22.017	5.404	203	423		390 43.699

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

14 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

No 1º semestre de 2016, foi adquirido o imóvel onde localiza-se a sede da Instituição, que pertencia à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Benefícios de Curto Prazo	1.674	1.248
Diretoria	878	753
Conselho de Administração	443	230
Comitê de Auditoria	222	161
Conselho Fiscal	131	104
Outros Benefícios de Longo Prazo	161	139
Diretoria	161	139
Total	1.835	1.387

15 - Contingências

Natureza	31.12.2015	Baixa	Constituição	30.06.2016
Trabalhista	26	-	252	278
Total	26	-	252	278

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

16 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e *Compliance*.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

17 - Estrutura de Sistemas

A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

18 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional

O MNP - Controles Internos e *Compliance*, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{CPAD}, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segrega a gestão do risco de crédito, realizada pela Suric, da gestão do crédito, da seguinte forma:

- Gestão do crédito:
 - Superintendência de Crédito (Sucre): responsável principalmente pela análise prévia, realização e repactuação de operações sujeitas ao risco de crédito e pela classificação dessas operações em categorias (*rating*), com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;
 - Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos para recuperação de créditos e para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
 - Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias.
- A Suric é responsável principalmente pela mensuração, monitoramento e controle da exposição ao risco de crédito e pela estimativa, segundo critérios consistentes e prudentes, das perdas associadas ao risco de crédito, bem como pela realização de simulações de condições extremas de mercado (testes de stress).

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

19 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental

A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

Nesse sentido, a Desenvolve SP aprovou cronograma para a implementação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, com ações a serem cumpridas até dezembro de 2016.

20 - Limites Operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

Adequação do Patrimônio de Referência (PR)	Valor (R\$ mil)
Patrimônio de Referência (PR)	1.046.306
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA (PR_{RWA})	696.306
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	696.306
Excesso de Recursos Aplicados no Ativo Permanente	-
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I)	1.046.306
Patrimônio de Referência Nível II (PR_II)	-
Capital Principal	1.046.306
Destaque de Capital para Operações com o Setor Público	350.000
Limite de Imobilização	348.153
Parcela RWA _{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.107.118
Parcela RWA _{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	-
Parcela RWA _{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	205.245
Parcela R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.657
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	1.312.363
Margem sobre o PR Considerando R_{BAN}	564.053
Margem ou Insuficiência do Limite de Imobilização	313.603
Índice de Basileia (mínimo = 9,875%)	53,06%
Índice de Basileia AMPLO - inclui R_{BAN} (mínimo = 9,875%)	51,99%
Índice de Nível I (mínimo = 6%)	53,06%
Índice de Capital Principal (mínimo = 4,5%)	53,06%

21 - Outras informações

a) Auto de Infração PIS/COFINS

Em 08 de janeiro de 2014, a Desenvolve SP recebeu o Termo de Início de Fiscalização e Intimação, referente à apuração do PIS e da COFINS, do período compreendido entre fevereiro de 2009 a dezembro de 2011.

Na conclusão do processo de fiscalização, em 22/05/2014, a Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração no valor de R\$ 19,5 milhões, por insuficiência de recolhimento das contribuições para o PIS e para o COFINS, decorrente da adoção indevida do regime cumulativo.

Em 18 de dezembro de 2014 foi apresentado Recurso Voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Em julgamento realizado em 25 de janeiro de 2016 pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), foi dado provimento parcial ao nosso recurso voluntário, com posterior encaminhamento à DEINF - Delegacia Especial de Instituições Financeiras - São Paulo.

Em 07 de junho de 2016, a DEINF - Delegacia Especial de Instituições Financeiras - São Paulo, emitiu Termo de Intimação, exonerando os valores apurados no auto de infração de 2014 (R\$ 19,5 milhões), em atendimento ao provimento parcial de nosso recurso pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

DIRETORIA

Milton Luiz de Melo Santos Diretor-Presidente	Álvaro Sedlacek Diretor Financeiro e de Negócios	Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor de Infraestrutura e Tecnologia da Informação	Julio Themes Neto Diretor de Fomento e de Crédito
---	--	---	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO: 1.1. Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado na reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2015.

1.2. Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração, como órgão auxiliar e consultivo, sem poder decisório ou atribuições executivas, no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. **1.3. Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. São independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, e o Presidente possui comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria. A composição não sofreu alteração durante o primeiro semestre de 2016. **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 7 (sete) vezes no primeiro semestre de 2016, realizando 44 (quarenta e quatro) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como os relatórios de atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais e que acompanham as demonstrações financeiras publicadas. Tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (Bacen). **3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de controles internos e a gestão econômico-financeira, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS:** A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a

salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Bacen e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. **5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos

realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016. **6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7. CONCLUSÕES:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 16 de agosto de 2016

Jerônimo Antunes - Presidente

Francisco Vidal Luna Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2016, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária

São Paulo, 16 de agosto de 2016

do Estado de São Paulo S.A., no uso do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas e do Comitê de Auditoria, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2016, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas e do Comitê de Auditoria, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 17 de agosto de 2016

David Polesi de Moraes Conselheiro	Humberto Baptistella Filho Conselheiro	Márcio Luiz França Gomes - Presidente	Luiz Carlos Motta - Conselheiro
Grace Maria Monteiro da Silva Freitas Conselheira	Isadora Chansky Cohen Conselheira	Arnaldo Calil Pereira Jardim - Conselheiro	Marcos Antonio Monteiro - Conselheiro
		Francisco Vidal Luna - Conselheiro	Milton Luiz de Melo Santos - Conselheiro
		José Luiz Ribeiro - Conselheiro	Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro
		Lídia Goldenstein - Conselheira	Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da

instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 17 de agosto de 2016

KPMG
KPMG Auditores Independentes Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

FIQUE CONECTADO À **INOVAÇÃO**
ACESSE **WWW.DESENVOLVESP.COM.BR**
E NAVEGUE EM CONTEÚDOS EXCLUSIVOS



Web série com cases de empreendedores visionários que enxergaram oportunidades e transformaram problemas em grandes negócios. Apresentado pela especialista Martha Gabriel em 7 episódios.



INOVAÇÃO: COMO CHEGAR LÁ

Um guia com informações valiosas sobre os tipos de inovação, processos e ferramentas disponíveis para aumentar a competitividade nas pequenas e médias empresas. O futuro começa hoje. A inovação é a chave para acelerar o crescimento econômico.



Uma iniciativa que está aproximando empresários, pesquisadores, startups e instituições de incentivo à inovação para impulsionar projetos e transformar conhecimento em produtos e negócios de sucesso. Participe!

